

# **Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

**Banco Caixa Geral - Brasil S.A.**

31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente

# **Banco Caixa Geral - Brasil S.A.**

## **Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

31 de dezembro de 2021

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial ..... 1

#### Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial .....	2
Demonstração do resultado .....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstração do fluxo de caixa .....	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	7

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Aos Administradores e Acionistas do  
**Banco Caixa Geral - Brasil S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (Banco) que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela diretoria do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações financeiras individuais do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.*

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 21 de fevereiro de 2022.

### *Demonstrações do resultado abrangente (DRA)*

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN 4.818/20 e 02/20 do BACEN. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela diretoria de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial



representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP034519/O - F

Fabricio Aparecido Pimenta  
Contador CRC – 1SP241659/O-9

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>2.752</b>	<b>5.261</b>	<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>1.078.471</b>	<b>995.022</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>1.293.167</b>	<b>1.242.185</b>	Depósitos	12. a	525.657	375.251
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	218.109	185.351	Captações no Mercado Aberto	12. b	1.830	8.347
Carteira de Câmbio	10	201.789	149.099	Carteira de Câmbio	10	193.583	151.729
Títulos e Valores Mobiliários	6. a	407.506	465.267	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	12. c	102.668	133.092
Instrumentos Financeiros Derivativos	7. a	93.278	117.878	Obrigações por Empréstimos e Repasses	12. d e 12. e	195.232	249.515
Operações de Crédito	9. a	372.485	324.590	Instrumentos Financeiros Derivativos	7. a	59.501	77.088
<b>Outros Ativos</b>		<b>61.545</b>	<b>65.941</b>	<b>Provisões</b>	13	<b>10.636</b>	<b>10.071</b>
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	11. a	53.502	67.824	<b>Outras Obrigações</b>		<b>9.311</b>	<b>7.678</b>
Provisões Para Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda	11. a	(10.567)	(9.622)	Sociais e Estatutárias		171	171
Diversos	11. b	18.610	7.739	Fiscais e previdenciárias	14. a	1.107	4.276
<b>Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	9. a	<b>(47.114)</b>	<b>(60.119)</b>	Diversas	14. b	8.033	3.231
<b>Crédito Tributário</b>	16. b	<b>87.032</b>	<b>79.051</b>	<b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>	16. c	<b>7.653</b>	<b>13.177</b>
<b>Imobilizado e Intangível</b>		<b>1.383</b>	<b>1.516</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>292.694</b>	<b>307.887</b>
				Capital social		323.728	323.728
				De domiciliados no exterior	17. a	323.728	323.728
				Ajuste ao valor de mercado - TVM		(7.380)	(2.557)
				Prejuízos acumulados		(23.654)	(13.284)
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.398.765</b>	<b>1.333.835</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>1.398.765</b>	<b>1.333.835</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>28.808</b>	<b>57.416</b>	<b>63.309</b>
Operações de crédito		13.104	22.253	22.005
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		7.701	20.595	38.582
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	8.193	(1.605)	(29.594)
Resultado de operações de câmbio		(190)	16.173	32.316
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(26.206)</b>	<b>(31.245)</b>	<b>(36.320)</b>
Operações de captações no mercado		(18.940)	(25.507)	(19.331)
Operações de empréstimos e repasses		(846)	(1.969)	(4.281)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(6.420)	(3.769)	(12.708)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>2.602</b>	<b>26.171</b>	<b>26.989</b>
<b>Outras (Despesas) Receitas Operacionais</b>		<b>(23.712)</b>	<b>(44.636)</b>	<b>(54.951)</b>
Receitas de prestação de serviços	20	1.379	4.561	3.245
Despesas de pessoal		(12.389)	(24.196)	(24.383)
Outras despesas administrativas	21	(9.370)	(19.310)	(19.626)
Despesas tributárias	22	(1.141)	(2.379)	(3.115)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23.a e 23.b	(2.191)	(3.312)	(11.072)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(21.110)</b>	<b>(18.465)</b>	<b>(27.962)</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>(762)</b>	<b>(659)</b>	<b>154</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>(21.872)</b>	<b>(19.124)</b>	<b>(27.808)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	16.a	<b>10.202</b>	<b>8.754</b>	<b>12.823</b>
Provisão para imposto de renda		(373)	(390)	(2.222)
Provisão para contribuição social		(281)	(298)	(1.729)
Ativo (passivo) fiscal diferido		10.856	9.442	16.774
<b>Prejuízo Líquido dos semestre/exercícios</b>		<b>(11.670)</b>	<b>(10.370)</b>	<b>(14.985)</b>
<b>Prejuízo por ação no final dos semestre/exercícios (R\$)</b>		<b>(13,42)</b>	<b>(11,93)</b>	<b>(17,24)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

---

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido dos semestre/exercícios</b>	<b>(11.670)</b>	<b>(10.370)</b>	<b>(14.985)</b>
<b>Outras resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes</b>	<b>(882)</b>	<b>(4.823)</b>	<b>2.269</b>
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste ao Valor de Mercado, líquido dos impostos	<u>(882)</u>	<u>(4.823)</u>	<u>2.269</u>
Resultado Abrangente Total	<b><u>(12.552)</u></b>	<b><u>(15.193)</u></b>	<b><u>(12.716)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	323.728	1.701	4.106	(4.826)	-	324.709
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	2.269	-	2.269
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(14.985)	(14.985)
Destinações:						
Absorção de prejuízo do exercício com reservas de lucros	-	(1.701)	-	-	1.701	-
Pagamento de dividendos (nota 17.b )	-	-	(4.106)	-	-	(4.106)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<u>323.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.557)</u>	<u>(13.284)</u>	<u>307.887</u>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	323.728	-	-	(2.557)	(13.284)	307.887
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(4.823)	-	(4.823)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(10.370)	(10.370)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<u>323.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.380)</u>	<u>(23.654)</u>	<u>292.694</u>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2021</b>	323.728	-	-	(6.498)	(11.984)	305.246
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(882)	-	(882)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(11.670)	(11.670)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<u>323.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.380)</u>	<u>(23.654)</u>	<u>292.694</u>

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais</b>				
<b>(Prejuízo) Lucro líquido ajustado nos semestre/exercícios</b>		<b>(13.329)</b>	<b>(15.805)</b>	<b>7.502</b>
Prejuízo líquido dos semestre/exercícios		(11.670)	(10.370)	(14.985)
Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido:		(1.659)	(5.435)	22.487
Depreciações e amortizações	21	205	407	613
Baixa de ativos não financeiros mantidos para venda		822	822	-
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	23.a e 23.b	89	14	73
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6.420	3.769	12.708
Reversão para impostos e contribuições diferidos		(2.799)	(5.156)	(6.769)
Provisão para bens não de uso	23.b	945	945	9.622
Provisão para títulos e valores mobiliários		-	-	12.314
Provisão para realização de ativos financeiros	23.b	1.124	1.124	-
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	23.a e 23.b	522	1.749	1.662
Constituição de Créditos tributários		(8.105)	(4.286)	(10.005)
Ajuste de Valor de Mercado - TVM		(882)	(4.823)	2.269
<b>Variações dos Ativos e Obrigações</b>		<b>222.236</b>	<b>50.014</b>	<b>(498.300)</b>
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.833	3.685	1.746
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		108.725	69.944	(237.675)
(Aumento)/Redução em carteira de câmbio (ativo/passivo)		(13.749)	(10.836)	4.812
Aumento em operações de crédito		(121.111)	(64.669)	(13.511)
Aumento em outros ativos		(6.903)	(7.611)	(11.595)
Aumento em depósitos		250.464	150.406	12.007
Redução em captação no mercado aberto		(72.653)	(6.517)	(45.265)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		24.423	(30.424)	(105.665)
Aumento (Redução) em outras obrigações		11.196	12.434	(2.694)
Imposto pago		(6.483)	(12.115)	(16.106)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		45.494	(54.283)	(84.354)
<b>Fluxo de Caixa Oriundos (Aplicados) das Atividades Operacionais</b>		<b>208.907</b>	<b>34.209</b>	<b>(490.798)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>				
Alienação de imobilizado de uso		94	94	-
Aplicações no imobilizado de uso		(122)	(368)	(59)
<b>Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(28)</b>	<b>(274)</b>	<b>(59)</b>
Juros sobre o capital próprio pagos		-	-	(2.890)
Dividendos pagos	17.b	-	-	(4.106)
<b>Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Financiamentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.996)</b>
<b>Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>208.879</b>	<b>33.935</b>	<b>(497.853)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestre/exercícios	4	5.716	180.660	678.513
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestre/exercícios	4	214.595	214.595	180.660
<b>Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>208.879</b>	<b>33.935</b>	<b>(497.853)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (Corretora).

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 – 3º andar – São Paulo – SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial:

Empresa	Atividade	Percentual Banco	Consolidado Prudencial
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Lider	Lider
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Instituição Financeira	100%	100%

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio para a conta de operações de crédito no Balanço.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados;
- Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e
- Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 21 de fevereiro de 2022.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

#### b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

O Conglomerado Prudencial, em conformidade com o CPC 46 / Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de

ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício.

- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

g) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Conglomerado Prudencial no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

i) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

j) Permanente

- Imobilizado e Intangível

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

O Banco possui bens não de uso próprio compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos.

## m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda, até 30 de junho de 2021. A partir de 1º de julho de 2021, através da Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 25%, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

## n) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

## o) Segregação entre Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante e os títulos classificados como disponível para venda são classificados conforme a data de vencimento do papel, independentemente de sua liquidez, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado nas respectivas notas explicativas, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/20 e pela Resolução CMN nº 4.818/20, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	dez/21	dez/20
Disponibilidades	2.752	5.261
Aplicações em operações compromissadas	210.871	172.610
Aplicações em depósitos interfinanceiros	972	2.789
Total	<u>214.595</u>	<u>180.660</u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$210.871 (R\$172.610 em dezembro de 2020), apresentam taxas médias ao ano de 9,09% (1,8% em dezembro de 2020).

## 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2021			2020			
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	972	6.266	7.238	2.789	962	8.990	12.741
Aplicações em operações compromissadas	210.871	-	210.871	172.610	-	-	172.610
<b>Total</b>	<b>211.843</b>	<b>6.266</b>	<b>218.109</b>	<b>175.399</b>	<b>962</b>	<b>8.990</b>	<b>185.351</b>
Circulante			211.843				176.361
Não Circulante			6.266				8.990

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

	2021		2020	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira Livre</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	472	472	452	451
Letras do Tesouro Nacional – LTN	97.113	91.197	82.581	82.571
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F	212.642	202.544	242.445	242.197
Fundos de Investimento - FICFIM	-	-	691	691
Bonds	12.460	-	12.581	-
Nota Promissória - NP	-	-	15.577	15.696
Debêntures	114.629	49.639	73.856	12.611
<b>Total de carteira própria</b>	<b>437.316</b>	<b>343.852</b>	<b>428.183</b>	<b>354.217</b>
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Debêntures	1.850	1.852	8.343	8.359
<b>Total de vinculados a compromissos de recompra</b>	<b>1.850</b>	<b>1.852</b>	<b>8.343</b>	<b>8.359</b>
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	28.513	28.510
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	14.389	14.390
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F	48.444	45.587	8.727	9.119
Debêntures	-	-	41.120	34.887
Fundos de Investimento - FILCB	16.215	16.215	15.785	15.785
<b>Total de vinculados à prestação de garantias</b>	<b>64.659</b>	<b>61.802</b>	<b>108.534</b>	<b>102.691</b>
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>503.825</b>	<b>407.506</b>	<b>545.060</b>	<b>465.267</b>

b) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 por classificação e por prazo:

	2021		2020	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação:</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)				
De 1 a 3 meses	472	472	28.513	28.510
Acima de 3 anos	-	-	452	451
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	87.065	81.111	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	582	580	1.729	1.772
De 1 a 3 anos	5.865	5.679	5.238	5.518
Total de títulos públicos	<u>93.984</u>	<u>87.842</u>	<u>35.932</u>	<u>36.251</u>
<u>Títulos privados</u>				
Debêntures (**)				
Acima de 3 anos	59.552	-	58.002	-
Cotas de Fundos de Investimento (*)				
Sem vencimento	16.215	16.215	16.476	16.476
Total de títulos privados	<u>75.767</u>	<u>16.215</u>	<u>74.478</u>	<u>16.476</u>
Total de títulos para negociação	<u>169.751</u>	<u>104.057</u>	<u>110.410</u>	<u>52.727</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)				
De 1 a 3 anos	10.048	10.086	96.970	96.961
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	9.895	9.725	1.039	1.064
De 1 a 3 anos	244.744	232.147	243.166	242.962
Total de títulos públicos	<u>264.687</u>	<u>251.958</u>	<u>341.175</u>	<u>340.987</u>
<u>Títulos privados</u>				
Bonds (***)				
De 1 a 3 anos	12.460	-	12.581	-
Nota Promissória				
De 3 a 12 meses	-	-	15.577	15.696
Debêntures (**)				
Até 3 meses	1.035	1.036	-	-
De 3 a 12 meses	6.896	6.931	11.685	7.182
De 1 a 3 anos	21.107	20.987	40.458	41.010
Acima de 3 anos	27.889	22.537	13.174	7.665
Total de títulos privados	<u>69.387</u>	<u>51.491</u>	<u>93.475</u>	<u>71.553</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>334.074</u>	<u>303.449</u>	<u>434.650</u>	<u>412.540</u>
Circulante	187.577	121.749	138.711	76.669
Não Circulante	316.248	285.757	406.349	388.598
Total de títulos e valores mobiliários	<u>503.825</u>	<u>407.506</u>	<u>545.060</u>	<u>465.267</u>

- (\*) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$61.802 (R\$102.623 em dezembro de 2020) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f).
- (\*\*) Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado Prudencial possui provisão para "impairment" de Debêntures, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$64.299 (R\$62.882 em dezembro de 2020).
- (\*\*\*) Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado Prudencial possui provisão para "impairment" de Bonds, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$12.460 (R\$12.581 em dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento".

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021, os títulos públicos, no montante de R\$339.800 (R\$377.238 em dezembro de 2020), estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados, no montante de R\$51.491 (R\$71.553 em dezembro de 2020), estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R\$16.215 (R\$16.476 em dezembro de 2020), estão custodiadas junto aos administradores dos fundos.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos.

A provisão para os bonds foi calculada com base nas últimas negociações das ações da Abengoa Espanha, no período de 2 anos. No exercício de 2020, o Conglomerado Prudencial reconheceu impairment, no montante de R\$9.468.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$13.418 (R\$4.649 em dezembro de 2020). O impacto no patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial foi de R\$(7.380) (R\$2.557 negativo em dezembro de 2020), líquidos dos efeitos tributários.

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

<b><u>Dezembro de 2021</u></b>	<b><u>Nível 1</u></b>	<b><u>Nível 2</u></b>	<b><u>Total</u></b>
Negociação	104.057	-	104.057
Disponível para venda	288.779	14.670	303.449
Total	<u>392.836</u>	<u>14.670</u>	<u>407.506</u>

<b>Dezembro de 2020</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
Negociação	52.727	-	52.727
Disponível para venda	384.274	28.266	412.540
<b>Total</b>	<b>437.001</b>	<b>28.266</b>	<b>465.267</b>

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado Prudencial realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

### a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2021			2020		
	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
<i>Swap</i> - diferencial a receber	85.543	6.827	92.370	65.454	51.127	116.581
<i>Swap</i> - diferencial a pagar	(54.766)	(4.301)	(59.067)	(45.076)	(29.951)	(75.027)
<b>Total <i>Swap</i></b>	<b>30.777</b>	<b>2.526</b>	<b>33.303</b>	<b>20.378</b>	<b>21.176</b>	<b>41.554</b>
<i>NDF</i> - a receber	852	56	908	1.204	93	1.297
<i>NDF</i> - a pagar	(536)	102	(434)	(2.637)	576	(2.061)
<b>Total <i>NDF</i></b>	<b>316</b>	<b>158</b>	<b>474</b>	<b>(1.433)</b>	<b>669</b>	<b>(764)</b>
<b>Total</b>	<b>31.093</b>	<b>2.684</b>	<b>33.777</b>	<b>18.945</b>	<b>21.845</b>	<b>40.790</b>
Circulante - Ativo			21.369			16.945
Não circulante - Ativo			71.909			100.933
Circulante - Passivo			858			13.620
Não circulante - Passivo			58.643			63.468

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "swap", "Non-Deliverable Forward – NDF", Futuros e Opções, sendo registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

## b) Composição do valor de referência por vencimento

	2021					2020				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
"Swap" - posição ativa	5.500	150.471	113.283	13.200	282.454	7.300	30.900	38.800	204.887	281.887
"Swap" - posição passiva	98.384	421	91.516	-	190.322	144.194	1.841	4.494	178.547	329.076
NDF - posição ativa	36.226	5.379	-	-	41.605	3.500	2.000	-	-	5.500
NDF - posição passiva	22.704	-	-	-	22.704	980	7.320	-	-	8.300
Futuros - posição comprada	218.327	214.278	49.607	-	482.212	189.583	157.448	-	24.150	371.181
Futuros - posição vendida	147.328	64.174	176.293	23.874	411.669	29.470	198.669	112.183	45.165	385.487
Total	528.469	434.723	430.699	37.074	1.430.966	375.026	398.178	155.477	452.749	1.381.431

## c) Composição por indexador

	2021			2020		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de "swap"</u>						
Posição ativa	92.370	-	282.454	116.581	-	281.887
CDI x PRÉ	85.109	-	115.140	110.747	-	147.540
DOLAR VENDA x LIBOR	4.502	-	129.871	146	-	5.800
LIBOR x DÓLAR VENDA	2.759	-	37.443	5.688	-	128.547
Posição passiva	-	(59.067)	190.322	-	(75.027)	329.076
DOLAR VENDA X CDI	-	(375)	98.385	-	(5.605)	200.749
PRÉ x CDI	-	-	-	-	(887)	1.691
DOLAR VENDA x LIBOR 3M	-	(2.576)	37.443	-	(10.409)	71.992
IPCA x CDI	-	(56.116)	54.494	-	(58.126)	54.644
Total de operações de "swap"	92.370	(59.067)	472.776	116.581	(75.027)	610.963
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	908	-	41.605	1.297	-	5.500
Dólar venda	908	-	41.605	1.208	-	5.000
Euro venda	-	-	-	89	-	500
Posição passiva	-	(434)	22.704	-	(2.061)	8.300
Dólar venda	-	(434)	22.704	-	(1.953)	7.450
Euro venda	-	-	-	-	(108)	850
Total de operações de NDF	908	(434)	64.309	1.297	(2.061)	13.800
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada (*)	2.575	(1.207)	482.212	566	-	371.181
DDI	-	-	431.091	357	-	322.666
DI1	-	-	-	4	-	17.219
DOL	2.575	-	279	190	-	1.036
EUR	-	(1.207)	50.842	15	-	30.260
Posição vendida (*)	-	(7.067)	411.669	-	(1.077)	385.487
DDI	-	(6.856)	97.170	-	(919)	115.811
DI1	-	(211)	189.662	-	(133)	188.278
DOL	-	-	124.837	-	(25)	81.398
Total de operações de futuros	2.575	(8.274)	893.881	566	(1.077)	756.668
Total	95.853	(67.775)	1.430.966	118.444	(78.165)	1.381.431

(\*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2021	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2020
Operações de "swap"	169.634	303.142	472.776	203.875	407.088	610.963
Operações de NDF	-	64.309	64.309	5.500	8.300	13.800
Futuros - posição comprada	482.212	-	482.212	371.181	-	371.181
Futuros - posição vendida	411.669	-	411.669	385.487	-	385.487
Total	<u>1.063.515</u>	<u>367.451</u>	<u>1.430.966</u>	<u>966.043</u>	<u>415.388</u>	<u>1.381.431</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	2º semestre 2021			Exercício 2021			Exercício 2020		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
"swap"	169.837	(191.028)	(21.191)	384.018	(386.475)	(2.457)	430.364	(465.923)	(35.559)
NDF	7.950	(5.086)	2.864	15.899	(14.623)	1.276	21.573	(26.970)	(5.397)
Opções	32.167	(33.321)	(1.154)	68.004	(68.155)	(151)	-	-	-
Futuros	371.913	(344.239)	27.674	823.317	(823.590)	(273)	656.161	(644.799)	11.362
Total	<u>581.867</u>	<u>(573.674)</u>	<u>8.193</u>	<u>1.291.238</u>	<u>(1.292.843)</u>	<u>(1.605)</u>	<u>1.108.098</u>	<u>(1.137.692)</u>	<u>(29.594)</u>

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

	2021	2020
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	28.510
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	14.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	45.587	9.119
Debêntures	-	34.819
Fundo de Investimento - FILCB	16.215	15.785
Total	<u>61.802</u>	<u>102.623</u>

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$226.453 (R\$177.168 em dezembro de 2020) e vencimentos que variam de janeiro de 2022 a julho de 2023 (janeiro de 2021 a janeiro de 2022 em dezembro de 2020), e visam proteger o Conglomerado Prudencial das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$75.194 (R\$ 74.009 em dezembro de 2020) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$218 (despesa de R\$ 1.448 no exercício de 2020).

O valor dos empréstimos no exterior, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$139.644 (R\$103.955 em dezembro de 2020) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 228 (receita R\$ 332 em dezembro de 2020).

A efetividade das estruturas de "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Conglomerado Prudencial aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

## 8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

### I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.

- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial. Em 31 de dezembro de 2021, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$6.569 (R\$4.243 em dezembro de 2020).

## II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Conglomerado Prudencial visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Conglomerado Prudencial. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

## III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez

esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Conglomerado Prudencial definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Conglomerado Prudencial possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Conglomerado Prudencial utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

#### IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

#### V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis

através do seguinte endereço: [www.bcgbrasil.com.br](http://www.bcgbrasil.com.br), que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

## 9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim apresentadas:

### a) Composição da carteira por modalidade de operação

	2021	2020
Capital de giro	61.402	73.031
Financiamento à exportação	89.203	51.844
Financiamento – BNDES	856	1.664
Total de operações de crédito	151.461	126.539
Confissão de dívida	45.776	37.697
Adiantamento sobre contrato de câmbio	175.248	142.927
Créditos para avais e fianças honrados	-	17.427
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>372.485</u>	<u>324.590</u>
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	<u>(47.114)</u>	<u>(60.119)</u>
Circulante	213.469	205.989
Não Circulante	159.016	118.601

### b) Composição da carteira por setor de atividade

	2021	2020
Setor Privado:		
Indústria	197.772	206.041
Comércio	58.856	33.072
Rural	45.208	34.181
Outros	70.650	51.296
Total	<u>372.485</u>	<u>324.590</u>

### c) Composição da carteira por vencimento

	2021					2020	
	A vencer					Total	Total
	01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias		
Capital de giro	-	30.283	497	11.646	18.976	61.402	73.031
Financiamento à exportação	-	15.296	11.735	-	62.172	89.203	51.844
Financiamento - BNDES	-	-	-	856	-	856	1.664
Confissão de dívida	-	-	-	-	45.776	45.776	37.697
Adiantamento sobre contrato de câmbio – ACC	17.945	30.664	58.576	35.971	32.092	175.248	142.927
Créditos para avais e fiança honrados	-	-	-	-	-	-	17.427
Total	<u>17.945</u>	<u>76.243</u>	<u>70.808</u>	<u>48.473</u>	<u>159.016</u>	<u>372.485</u>	<u>324.590</u>

## d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de Provisão %	2021			2020			
		Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial
AA	-	8.624	-	-	-	-	-	-
A	0,50%	68.413	345	-	-	39.982	200	-
B	1,00%	186.514	1.873	-	-	154.521	1.545	-
C	3,00%	-	-	-	-	15.007	450	1.064
D	10,00%	31.737	3.174	1.533	-	18.583	1.858	-
E	30,00%	15.091	4.527	-	6.708	34.664	12.412	4.261
F	50,00%	52.889	26.445	-	-	33.591	16.796	-
H	100,00%	9.217	9.217	-	18.363	3.170	21.533	-
Total		372.485	45.581	1.533	25.071	299.519	54.794	5.325

(\*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

## e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início	(39.793)	(60.119)	(57.135)
Provisão constituída	(11.046)	(12.278)	(34.577)
Reversão de provisão	4.626	8.509	21.869
Baixa para prejuízo	-	16.774	9.724
Reversão baixa líquida para prejuízo	(901)	-	-
Saldo ao final	<u>(47.114)</u>	<u>(47.114)</u>	<u>(60.119)</u>
Circulante		(19.275)	(38.051)
Não Circulante		(27.839)	(22.068)

## f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No segundo semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2021, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo.

Em 31 de dezembro de 2020, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado para prejuízo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram renegociadas 10 (9 em dezembro de 2020) operações de crédito, no montante total de R\$85.816 (R\$ 63.700 em dezembro de 2020).

## 10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	179.523	137.700
Direitos sobre venda de câmbio	22.266	11.399
Total	<u>201.789</u>	<u>149.099</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	21.430	11.144
Obrigações por compras de câmbio	172.153	140.585
Total	<u>193.583</u>	<u>151.729</u>

A carteira de câmbio, em 31 de dezembro de 2021, possui prazo médio de 195 dias (167 dias em dezembro de 2020).

## 11. OUTROS ATIVOS

## a) ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

<u>Imóvel - Localização</u>	<u>2021</u>			<u>2020</u>	
	<u>Principal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>	<u>Principal</u>	<u>Líquido</u>
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	(4.022)	23.866	27.888	24.801
Recanto das Emas - DF	-	-	-	14.322	14.322
Umirim - CE	5.109	(2.829)	2.280	5.109	2.160
Cascavel - CE	7.413	(2.698)	4.715	7.413	4.830
Aquiraz - CE	13.092	(1.018)	12.074	13.092	12.089
Total	<u>53.502</u>	<u>(10.567)</u>	<u>42.935</u>	<u>67.824</u>	<u>58.202</u>
Não Circulante	53.502	(10.567)	42.935		58.202

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento no exercício de 2017 e nos meses de maio de 2019 e de julho de 2020.

No segundo semestre de 2021, o Conglomerado Prudencial vendeu o imóvel localizado no Recanto das Emas – DF, pelo montante de R\$ 13.500 mil, sendo R\$ 675 mil recebido à vista, e o restante pago em 36 parcelas mensais, atualizadas pelo CDI+3,5% a.a. O resultado dessa venda foi uma perda de R\$ 822 mil.

## b) DIVERSOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos e contribuições a compensar	3.081	5.317
Adiantamento e antecipações salariais	309	254
Rendas a receber	12.839	603
Depósitos judiciais (nota nº 15.a)	2.537	621
Despesas antecipadas	556	613
Provisão para a realização de ativos financeiros	(1.255)	(131)
Outros	543	462
Total	<u>18.610</u>	<u>7.739</u>
Circulante	7.357	5.462
Não Circulante	11.253	2.277

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

## a) Depósitos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos à vista	5.804	19.908
Depósitos a prazo	519.853	355.343
De 1 a 90 dias	42.132	90.760
De 91 até 360 dias	285.261	189.395
A vencer após 360 dias	192.460	75.188
Total de depósitos	<u>525.657</u>	<u>375.251</u>
Circulante	333.197	300.063
Não Circulante	192.460	75.188

Os depósitos a prazo com taxas pós-fixadas, no montante de R\$508.583 (R\$347.009 em dezembro de 2020), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 116% (de 95% a 119% em dezembro de 2020). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$11.270 (R\$8.334 em dezembro de 2020), apresentam taxas ao ano que variam de 4,26% a 13,61% (2,69% a 11,28% em dezembro de 2020).

## b) Captações no mercado aberto

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	De 1 a 90 dias	Total	Total
Carteira própria:			
Debêntures	1.830	1.830	8.347
Total de captações no mercado aberto	<u>1.830</u>	<u>1.830</u>	<u>8.347</u>
Circulante		1.830	8.347

## c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$99.955 (R\$132.654 em dezembro de 2020) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 97,5% a 118% (93% a 116% em dezembro de 2020). As letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$2.713 (R\$438 em dezembro de 2020), apresentam taxas ao ano que variam de 4,30% a 12,56 (2,58% a 2,88% em dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$90.833 (R\$132.698 em dezembro de 2020), e acima de 360 dias é de R\$11.835 (R\$394 em dezembro de 2020).

## d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim no montante de R\$837 (R\$1.629, em dezembro de 2020), com prazo de vencimento em 2022 (com prazo de vencimento em 2022).

## e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2021		2020		
	Moeda	Reais	USD	Reais	
Empréstimo no Exterior:					
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	29.195	162.801	45.000	233.859
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	5.000	31.594	2.200	14.027
Total			194.395		247.886
Circulante			194.395		247.886

(\*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 18. B, e com vencimentos em Janeiro de 2022, no montante de R\$ 110.549 (R\$ 143.931 em janeiro de 2021), e em abril de 2022, no montante de R\$ 83.846 (R\$ 103.955 em abril de 2021).

## 13. PROVISÕES

	2021	2020
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.190	2.176
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 15.a e b)	513	503
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 15.a e b)	4.826	4.272
Provisão para despesas de pessoal	2.202	2.063
Fornecedores a pagar	601	794
Outras	304	263
Total	10.636	10.071
Circulante	3.386	3.124
Não Circulante	7.250	6.947

(\*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$153.929 (R\$161.877 em dezembro de 2020) (nota 25.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.190 (R\$2.176 em dezembro de 2019), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de

crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2021		2020	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	34.431	-	36.731	-
A	0,50%	55.799	279	63.131	316
C	3,00%	63.699	1.911	62.015	1.860
Total		153.929	2.190	161.877	2.176

#### 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

##### a) Fiscais e previdenciárias

	2021	2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	3.315
Impostos e contribuições a recolher	1.087	961
Outros	20	-
Total	1.107	4.276
Circulante	1.107	4.276

##### b) Diversas

	2021	2020
Negociação e Intermediação de Valores	5.703	514
Resultado de Exercícios Futuros	334	105
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.258	1.972
Outros	738	640
Total	8.033	3.231
Circulante	8.033	3.231

#### 15. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

##### a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Conglomerado Prudencial é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, sobre compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R\$3.785 (R\$3.694 em dezembro de 2020), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2021		2020	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências fiscais:				
CETIP(i)	513	-	503	-
Subtotal	513	-	503	-
Contingências cíveis:				
Processos cíveis	-	134	-	128
Subtotal	-	134	-	128
Contingências trabalhistas:				
Recursos trabalhistas	4.826	2.403	4.272	493
Subtotal	4.826	2.403	4.272	493
Total	5.339	2.537	4.775	621

(i) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, cujos assessores jurídicos classificaram como perda provável.

b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2019	4.334	-	3.427	7.761
Constituição (nota nº 23.b)	796	-	866	1.662
Pagamento	(4.627)	-	(21)	(4.648)
Saldo em 31/12/2020	503	-	4.272	4.775

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2020	503	-	4.272	4.775
Constituição (nota nº 23.b)	10	649	1.546	2.205
Reversão (nota nº 23.a)	-	-	(456)	(456)
Pagamento	-	649	(536)	(1.185)
Saldo em 31/12/2021	513	-	4.826	5.339

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é o seguinte:

Perdas	2020					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	503	503	-	-	4.272	4.272
Possíveis	3.804	-	257	-	436	-
Remotas	608	-	17	-	363	-
<b>Total</b>	<b>4.915</b>	<b>503</b>	<b>274</b>	<b>-</b>	<b>5.071</b>	<b>4.272</b>

Quantidade 7 9 11

Perdas	2021					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	513	513	-	-	4.826	4.826
Possíveis	3.785	-	384	-	495	-
Remotas	608	-	6	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.906</b>	<b>513</b>	<b>390</b>	<b>-</b>	<b>5.321</b>	<b>4.826</b>

Quantidade 7 7 10

O Conglomerado Prudencial está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(21.871)	(19.124)	(27.808)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%	9.841	8.606	12.514
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	361	148	309
Despesas com gratificações e benefícios	(18)	(29)	(34)
Diferença Aliquota CSLL(*)	(195)	(195)	80
Outros	574	372	263
<b>Resultado do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios/semestre</b>	<b>10.202</b>	<b>8.754</b>	<b>12.823</b>

(\*) A alíquota da contribuição social, foi elevada de 15% para 20% para o Banco, com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Através da Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 25%, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021.

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Conglomerado Prudencial mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$87.032 (R\$79.051 em dezembro de 2020), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.241	65.456
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	985	979
Provisões Para Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda	4.755	4.330
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	2.139	-
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	-	4.041
Marcação a Mercado Títulos Disponíveis para Venda	6.143	2.448
Provisão para contingências fiscais	231	226
Provisão para contingências trabalhistas	1.946	1.562
Outros	8	9
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.584	-
Total	<u>87.032</u>	<u>79.051</u>

O Conglomerado Prudencial possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa	14.563	14.846
Outras provisões temporárias	497	616
Total de créditos tributários não contabilizados	<u>15.060</u>	<u>15.462</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	dez/21	dez/20
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	-	(9.386)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(105)	(356)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	(5.290)	-
IRPJ, CSLL, Pis e Cofins Diferidos	(2.258)	(3.435)
Total de obrigações diferidas	<u>(7.653)</u>	<u>(13.177)</u>

## d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição / realização	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	65.456	2.785	68.241
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	979	6	985
Provisão outros valores e bens imóveis	4.330	425	4.755
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	-	2.139	2.139
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	4.041	(4.041)	-
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	2.448	3.695	6.143
Provisão para contingências fiscais	226	5	231
Provisão para contingências trabalhistas	1.562	384	1.946
Outros	9	(1)	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	2.584	2.584
<b>Total</b>	<b>79.051</b>	<b>7.981</b>	<b>87.032</b>
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(9.386)	9.386	-
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(356)	251	(105)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	-	(5.290)	(5.290)
IRPJ, CSLL, Pis e Cofins Diferidos	(3.435)	1.177	(2.258)
<b>Saldo de Obrigações diferidas</b>	<b>(13.177)</b>	<b>5.524</b>	<b>(7.653)</b>

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição /Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	54.195	11.261	65.456
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	946	33	979
Provisão outros valores e bens imóveis	-	4.330	4.330
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	8.021	(3.980)	4.041
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.194	(1.746)	2.448
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	171	(171)	-
Provisão para contingências fiscais	1.951	(1.725)	226
Provisão para contingências trabalhistas	1.306	256	1.562
Outros	8	-	8
<b>Total</b>	<b>70.792</b>	<b>8.259</b>	<b>79.051</b>
Ajuste de marcação a mercado de TVM, Instrumentos Financeiros e Empréstimo no Exterior	(15.213)	5.827	(9.386)
Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior			
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(246)	(110)	(356)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos	(4.494)	1.059	(3.435)
<b>Saldo de Obrigações diferidas</b>	<b>(19.953)</b>	<b>6.776</b>	<b>(13.177)</b>

## e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>4 anos</u>	<u>5 anos</u>	Acima de <u>5 anos</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	(16.349)	(2.006)	(1.696)	(939)	(6.504)	(59.538)	(87.032)
Obrigações diferidas	6.524	1.129	-	-	-	-	7.653

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$80.745 e R\$6.898 (R\$75.075 e R\$12.808 em dezembro de 2020), respectivamente.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$323.728.

### b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 16 de julho de 2020, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante de R\$4.106, referente ao exercício de 2019.

### c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco utilizou a reserva legal, no montante de R\$1.710, para absorver parte do prejuízo do exercício.

### d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Banco. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o lucro (prejuízo) por ação diluído é igual ao lucro (prejuízo) por ação básico.

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago aos Administradores o montante de R\$3.077 (R\$3.157 em 2020), considerando salários e benefícios.

### b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado Prudencial incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Grau de relação	2021		2020	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades:</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	1.267	-	2.873	-
<b>Depósitos</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
<b>Obrigações por empréstimo no exterior</b>					
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota nº 13.e)	Controladora	(194.395)	(1.852)	(247.886)	(3.834)
<b>Outras obrigações - Sociais e Estatutárias</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
<b>Outras obrigações - diversas</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-	(2)	-
<b>Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	259	573	289	714

O Conglomerado Prudencial assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez "standby" no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência de um ano, renovado em dezembro de 2021, com vigência até 18 de dezembro de 2022.

## 19. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8% em 01 de janeiro de 2019.

### a) Índice da Basileia

	2021	2020
Risco de crédito – PEPR	48.005	46.580
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	2.118	8.924
Risco Operacional - POPR	10.525	13.172
Patrimônio de referência exigido - PRE	60.648	68.676
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	290.281	308.058
Índice da Basileia (*)	38,29%	35,89%
Rban	16.059	13.263
Índice da Basileia Amplo	30,27%	30,08%

(\*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC ("Corretora").

## b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2021, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,49% (0,50% em 2020).

## 20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim representadas:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	175	2.179	168
Rendas garantias prestadas	1.187	2.353	2.934
Outras	17	29	143
<b>Total</b>	<b>1.379</b>	<b>4.561</b>	<b>3.245</b>

## 21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão assim representadas:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	4.253	8.683	8.808
Aluguel	2.050	4.003	3.754
Serviços técnicos especializados	1.000	2.209	2.183
Depreciação e amortização	205	407	613
Serviços do sistema financeiro	546	1.126	1.312
Viagens	-	3	65
Publicações	65	123	117
Seguros	212	523	437
Manutenção e conservação de bens	124	255	245
Comunicação	173	394	493
Vigilância e segurança	211	423	404
Serviço de terceiros	155	404	400
Transportes	9	27	81
Água, energia e gás	85	160	153
Outras	282	570	561
<b>Total</b>	<b>9.370</b>	<b>19.310</b>	<b>19.626</b>

## 22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão representadas por:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	911	1.803	2.624
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	69	228	36
Despesas de contribuição ao PIS	147	293	426
Outras	14	55	29
<b>Total</b>	<b>1.141</b>	<b>2.379</b>	<b>3.115</b>

## 23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

## a) Outras receitas operacionais

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	48	76	59
Varição monetária ativa	35	43	114
Reversão de provisões trabalhistas (nota nº 15.b)	69	456	-
Receita de juros com a venda a prazo de ativo não financeiro	294	294	-
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	85	44
Receita com recuperação de conta margem	-	-	240
Outros	119	151	23
<b>Total</b>	<b>565</b>	<b>1.105</b>	<b>480</b>

## b) Outras despesas operacionais

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processos fiscais e trabalhistas (nota nº 15.b)	(591)	(2.205)	(1.662)
Provisão sobre comissão de fiança	-	-	(3)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(89)	(99)	(117)
Provisão para perdas outros valores e bens (nota nº 11.a)	(945)	(945)	(9.622)
Provisão para realização de ativos financeiros	(1.124)	(1.124)	-
Outras despesas	(7)	(44)	(148)
<b>Total</b>	<b>(2.756)</b>	<b>(4.417)</b>	<b>(11.552)</b>
<b>Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>(2.191)</b>	<b>(3.312)</b>	<b>(11.072)</b>

## 24. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os saldos dos resultados não recorrentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, líquido dos efeitos fiscais, estão assim demonstrados:

	2021	2020
	Exercício	Exercício
Resultado não recorrente		
Processo cível (CVM)	(454)	-
Despesa de pessoal	-	(485)
Receita com recuperação de conta margem	-	144

## 25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

## a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	2021	2020
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota nº13)	153.929	161.877

## b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Conglomerado Prudencial passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Conglomerado Prudencial como patrocinador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de contribuição é de R\$173 (R\$231 em 2020) e foi registrado como despesa de pessoal.

## c) Contratos de seguros

O Conglomerado Prudencial possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$99.394 (R\$99.394 em 2020). E o período de cobertura se estende até julho de 2022.

## d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Conglomerado Prudencial possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possua essa modalidade de acordo.

A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação.

A Diretoria

Controller

Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4

---